

## A ESTRUTURA DISCURSIVA DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIROS PARA A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1952 - 2012)

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha\*  
Ana Carolina de Oliveira Assis\*\*

### RESUMO

Como os discursos dos Ministros de Relações Exteriores (MRE) brasileiros feitos para a Escola Superior de Guerra (ESG) se estruturaram entre 1952 e 2012? Para responder essa pergunta, o artigo utiliza técnicas de Mineração Textual e de Análise de Conteúdo em um banco de dados ainda pouco explorado pela literatura especializada. Demonstramos semelhanças e diferenças nas prioridades retóricas da diplomacia brasileira ao interagir com a ESG; uma das principais esferas de construção do pensamento estratégico-militar brasileiro. Nossos achados comparam as prioridades discursivas durante e depois da Guerra Fria e eles indicam que MRE mudaram seus discursos de forma a adicionar centralidade a novos conceitos, temas e países. Além do mais, discursos feitos depois da Guerra Fria são menos orientados geopoliticamente e mais universais, inclusivos e autônomos.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira. Análise de Política Externa. Segurança e Defesa. Escola Superior de Guerra. Mineração de texto.

### *THE DISCURSIVE STRUCTURE OF BRAZILIAN FOREIGN MINISTERS' SPEECHES TO THE BRAZILIAN WAR SCHOOL (1952-2012)*

#### ABSTRACT

*How were the speeches of Brazilian Foreign Ministers to the Brazilian War School (ESG) structured between 1952 and 2012? To answer this question, the article uses*

---

\* Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe. Trabalha com seguintes temas: Análise de Dados, Política Externa Brasileira e Análise de Política Externa. Email: rocha.felipeferreira@gmail.com.

\*\* Doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. É pesquisadora bolsista financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco e Research Intern na National Maritime Foundation (Índia). Trabalha com os seguintes temas: Política de Defesa, Marinha de Guerra, Poder Naval, Métodos de Pesquisa. Email: anaa.caroliina@hotmail.com.

*techniques of Text Mining and Content Analysis to explore a database that has received little attention in the literature. We show similarities and differences in the rhetorical priorities of Brazilian Foreign Secretaries in their interactions with one of the main spheres for the construction of Brazilian military-strategic thinking. Our findings compare the discursive priorities during and after the Cold War and they indicate that Foreign Ministers changed their discourse by adding centrality to new concepts, themes, and countries. Moreover, speeches made after the Cold War are less geopolitically oriented and more universal, inclusive, and autonomous.*

**Keywords:** *Brazilian Foreign Policy. Foreign Policy Analysis. Security and Defence. Brazilian War School. Text Mining.*

## LA ESTRUCTURA DISCURSIVA DE LOS DISCURSOS DE LOS MINISTROS EXTERIORES BRASILEÑOS A LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA (1952 - 2012)

### RESUMEN

¿Cómo se estructuraron los discursos de los cancilleres brasileños en la Escuela Superior de Guerra (ESG) entre 1952 y 2012? Para responder a esta pregunta, el artículo utiliza técnicas de minería de textos y análisis de contenido para explorar una base de datos que ha recibido poca atención en la literatura. Mostramos similitudes y diferencias en las prioridades retóricas de los cancilleres brasileños en sus interacciones con una de las principales esferas para la construcción del pensamiento militar-estratégico brasileño. Nuestros resultados comparan las prioridades discursivas durante y después de la Guerra Fría e indican que los Ministros de Relaciones Exteriores cambiaron su discurso al agregar centralidad a nuevos conceptos, temas y países. Además, los discursos pronunciados después de la Guerra Fría tienen una orientación menos geopolítica y son más universales, inclusivos y autónomos.

**Palabras clave:** Política Exterior Brasileña. Análisis de Política Exterior. Seguridad y Defensa. Escuela Superior de Guerra. Extracción de textos.

### 1 INTRODUÇÃO

Entre 1950 e 1990, era praticamente uma obrigação cerimonial de todos Ministros de Relações Exteriores brasileiros realizar pronunciamentos em quatro

grandes ocasiões: a) Em seus discursos de posse para o Congresso Nacional; b) Na sessão de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU); c) Na formatura das turmas do Instituto Rio Branco (IrBr); e, d) Na Escola Superior de Guerra (ESG). Para os três primeiros eventos; já há abundantes pesquisas que buscaram explorar e descrever o conteúdo, as ênfases e os silenciamentos dos discursos pronunciados pelos Ministros de Relações Exteriores (FONSECA, 2018; FONTES; OLIVEIRA, 2015; LIMA; FARIAS, 2018).

No entanto, e apesar da sua extrema relevância, até onde sabemos, ainda não há trabalhos que tenham descrito as tendências temático-discursivas (o que chamamos aqui de estrutura discursiva) por trás dos pronunciamentos dos Ministros de Relações Exteriores na ESG. Nesse âmbito, o presente artigo se beneficia da publicação recente de um banco de dados inédito organizado por Sérgio Eduardo Moreira Lima e Rogério de Souza Farias, o qual foi disponibilizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) para responder a seguinte pergunta de pesquisa: como os discursos dos Ministros de Relações Exteriores brasileiros feitos para a ESG se estruturaram entre 1952 e 2012 em termos de ênfases temáticas?

Objetivamos, portanto, realizar um mapeamento da estrutura discursiva diplomática transmitida para ESG através da resolução das peças do seguinte puzzle: a) De modo geral, quais foram as palavras mais mencionadas por Ministros de Relações Exteriores brasileiros, entre 1952 e 2012, e como elas se associaram (coocorrência)? b) Se separarmos os discursos entre aqueles feitos durante a Guerra Fria e os feitos após esse período, quais as palavras mais importantes e específicas que surgem? c) Quais são as expressões (bigramas) mais prováveis de serem ditas durante a Guerra Fria e as mais específicas do período pós Guerra Fria? d) Quais países foram mais mencionados durante e depois da Guerra Fria?

Esse estudo é relevante devido à escassez de pesquisas na área de Relações Internacionais (RI) sobre o conteúdo dos discursos de Ministros de Relações Exteriores brasileiros para o quadro responsável pela defesa do Brasil. Somado a isso, conforme sugere Aloysio Nunes Ferreira na apresentação do livro usado como base de nosso banco de dados: essas conferências são “contribuição do Itamaraty à reflexão estratégica e ao diálogo e à cooperação que são a marca da relação entre diplomatas e militares” (LIMA; FARIAS, 2018, p. 11). Eles são, portanto, relevantes para o estudo das doutrinas e políticas de segurança nacional cultivadas no âmbito da ESG.

Os métodos adotados para elaboração da pesquisa foram Mineração de Texto, Análise de Conteúdo e de Discurso. Atentou-se para utilização de ferramentas quantitativas (para obtenção de um panorama mais geral do conteúdo) e qualitativas, na qual foram observados aspectos mais específicos no que tange aos tópicos abordados pelo corpo diplomático.

Para fins de estruturação, o artigo está organizado do seguinte modo. Primeiro, apresentamos duas seções focadas em explicar os principais debates acerca da Escola Superior de Guerra e do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty). Aqui, mergulhamos na relevância de analisar ideias, conceitos e discursos para melhor compreender a Política Externa Brasileira (PEB). Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa. O objetivo é informar a lógica por trás da obtenção, da análise e das formas de interpretação dos dados. Posteriormente, apresentamos uma seção cujo objetivo principal é introduzir os achados empíricos inéditos desse artigo e discuti-los a luz do conhecimento teórico obtido nas seções anteriores. Por fim, encerramos o artigo com as nossas considerações finais; nas quais ponderamos sobre a importância e limitações dos achados do artigo e consideramos caminhos futuros para pesquisa.

## **2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: IDEIAS E INSTITUIÇÕES**

Esse artigo busca fornecer uma análise compreensiva de como os Chanceleres Brasileiros transmitiram suas prioridades conceituais para a ESG de 1952 a 2012. Para isso, escolhemos focar na dimensão retórica e discursiva da PEB. Assim, conforme recomendado por Nolte e Comini (2016, p. 550, tradução nossa<sup>1</sup>), nós “levamos a sério os discursos, declarações e propostas dos atores” envolvidos em projetos políticos. Esse esforço analítico é da maior importância para a compreensão da projeção diplomática brasileira tanto internacionalmente, quanto domesticamente. Especialmente quando consideramos um aspecto fundamental da PEB: suas limitações de poder.

É amplamente sabido que o Brasil não possui hard power suficiente para emergir internacionalmente nem recursos econômicos para agir como principal patrocinador de coalizões e organizações multilaterais. Portanto, a projeção internacional do Brasil tende a ser profundamente conectada com a construção de consenso e com o estabelecimento de padrões conceituais e ideacionais (BURGES,

---

1 Do original: “take seriously the statements, declarations, and proposals of the actors” (NOLTE; COMINI, 2016, p. 550).

2006; 2008; MARES; TRINKUNAS, 2016). Em outras palavras:

Em política externa, discurso e ação na verdade se complementam e se sobrepõem. Frequentemente o discurso é a ação e a ação é o discurso. No caso de um país como o Brasil, cuja capacidade de se expressar na esfera internacional por meios de poder é limitada, o discurso diplomático passa a ser o meio por excelência de definição de políticas, de mobilização de coalizões de interesses, de transação, de busca de equilíbrios. (SEIXAS CORRÊA, 2007, p. 23).

Nesse sentido, o Itamaraty tem sido a principal instituição responsável por produzir, transmitir, apagar e/ou estabelecer a visão ideacional do Brasil, em termos internacionais, domesticamente e externamente. É precisamente por isso que é imperativo explorar e descrever suas interações discursivas com outras instituições, no nosso caso, a ESG.

No que tange ao conteúdo dos discursos dos Ministros de Relações Exteriores na ESG, é possível que o Itamaraty tenha conseguido manter um grau de coesão conceitual que não varie de forma tão radical se compararmos diferentes períodos temporais. Afinal de contas, a arquitetura conceitual da diplomacia brasileira é famosa por conseguir manter um nível de previsibilidade, de estabilidade e de continuidade inigualável; sendo comum debates sobre as linhas mestras da Política Externa Brasileira. De fato, o lugar ocupado pelo Itamaraty na formulação e implementação decisória é tão firme que "durante algum tempo, a política externa como expressão era perfeitamente intercambiável com a diplomacia, dado o grau de alavancagem apreciada pelo corpo diplomático no sistema político do Brasil" (BELÉM LOPES, 2020, p. 167, tradução nossa <sup>2</sup>).

Para além de suas funções institucionais rotineiras, a organização diplomática tem exercido o papel de promover a imagem oficial brasileira (o poder de influência) em cenários domésticos e, principalmente, externos (CHATIN, 2016; LAFER, 2001). O que conhecemos como poder de influência se trata da habilidade de convencer, persuadir e/ou dissuadir terceiros, moldando a suas preferências com base em formas de atração e não de coerção ou promessas econômicas (NYE JR, 2004).

---

2 Do original: "for some time, foreign policy as an expression was perfectly interchangeable with diplomacy, given the degree of leverage enjoyed by diplomatic corps in Brazil's political system" (BELÉM LOPES, 2020, p. 167).

Em uma estrutura de poder cuja base é uni-multipolar; o poder de influência se converte em uma ferramenta basilar para a ação de Estados como o Brasil, o qual possui pouca alavancagem militar e econômica, mas uma significativa capacidade de construir formas consensuais de hegemonia (BURGES, 2006; 2008).

Por exemplo, em debates durante as administrações de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva sobre a ascensão do Brasil como potência emergente (um resultado que hoje parece irrealizável), alguns autores argumentaram que o país era o único exemplo de um Estado que tentou alcançar tal estatuto com base exclusivamente no seu poder de atração (MARES; TRINKUNAS, 2016).

Embora se volte basicamente para a implementação da PEB e, por conseguinte, para a promoção e divulgação da imagem do país em cenários internacionais; o Itamaraty possui um amplo trânsito com as mais diversas instituições brasileiras – o oposto não é necessariamente verdadeiro, entretanto. Com efeito, “de 1988 a 2007 foram 750 funcionários do Itamaraty serviram em outras burocracias federais, enquanto que apenas 77 funcionários vieram de fora para dentro dessa organização (de outras pastas ministeriais)” (FIGUEIRA, 2009, p. 155).

Para entender melhor o porquê desse trânsito interinstitucional ser tão relevante, podemos voltar aos debates produzidos por especialistas sobre o neoinstitucionalismo discursivo. De maneira geral, os especialistas desse subcampo sustentam que, quando a interação organizacional ocorre, há um processo de construção constante e dinâmico entre as diferentes visões e estruturas discursivas das instituições em busca de uma hegemonia e/ou proximidade conceitual e retórica (BÉLAND; COX, 2010). Em resumo:

[...] o institucionalismo discursivo abrange todos os trabalhos que focam nos processos discursivos através dos quais tais ideias são construídas em uma esfera política "coordenativa" pelos atores políticos e deliberadas numa esfera política "comunicativa" pelos atores políticos e pelo público. O institucionalismo no termo, além disso, sugere que não se trata apenas da comunicação de ideias ou "texto", mas também do contexto institucional no qual e através do qual as ideias são comunicadas. (BÉLAND; COX, 2010, p. 48, tradução nossa<sup>3</sup>).

---

3 Do original: [...] discursive institutionalism covers all works that focus on the discursive processes by which such ideas are constructed in a “coordinative” policy sphere by policy actors and deliberated in a ‘communicative’ political sphere by political actors and the public. The institutionalism in the term, moreover, suggests that this is not only about the communication of ideas or ‘text’ but also about the institutional context in which and through which ideas are communicated. (BÉLAND; COX, 2010, p. 48).

Dessa maneira, o banco de dados que exploramos e descrevemos neste artigo é produto direto desse padrão de interação interinstitucional entre o Itamaraty (foi condutor da PEB) e a ESG (centro de construção intelectual da política de defesa e de segurança nacional brasileira).

Criada em agosto de 1949 e assinada pelo então presidente da época, Eurico Gaspar Dutra, Marechal do Exército Brasileiro, a Escola Superior de Guerra do Brasil tinha, na sua concepção, inspiração na experiência norte-americana do National War College dos Estados Unidos, porém, com um molde distinto. Enquanto a última se direcionava mais aos estudos de questões exclusivamente militares, a ESG destinava-se a tratar de tópicos não somente castrenses, abarcando também o diálogo com civis sobre pontos relativos à política nacional e internacional para viabilizar a segurança e o desenvolvimento da nação (BRAZIL, 1949; ARRUDA, 1983). De acordo com o artigo 4º do regulamento de 1949 da ESG, a Instituição tem como finalidade:

A ESG, através dos assuntos que lhe são peculiares procurará obter uma convergência de esforços no estudo e solução dos problemas da segurança nacional, mediante: a) um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico; b) um ambiente de ampla compreensão entre os grupos nela representados, de forma a desenvolver o hábito de trabalho em conjunto e de elaboração interdepartamental; c) um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país. (BRASIL, 1949, 1, grifo nosso).

O texto em grifo ressalta o interesse da instituição em definir um método próprio e crível para resolução de problemas. Em diversas falas de militares, nota-se o interesse primordial da ESG de se estabelecer não apenas como uma casa de estudos, mas como um centro de pesquisa, no qual os estagiários devem discutir e elaborar estratégias para resolução de problemas nacionais. Esses óbices deveriam ser resolvidos em conjunto com outros setores (não militares), uma vez que a instituição preza pela multidisciplinaridade para lidar com questões de diversas áreas. Mesmo com a diversidade de temas e setores envolvidos para a resolução dessas adversidades é estabelecido como primordial a utilização de uma fórmula

coesa e única da instituição baseada em conceitos definidos pela própria ESG - a exemplo de Segurança Nacional, Política Nacional, Objetivos Nacionais, Estratégia Nacional e Poder Nacional (ARRUDA, 1983; SARDENBERG, 2017; FARIAS, 2017).

Ademais, os princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra estão relacionados com o desenvolvimento nacional, seus óbices e oportunidades. Esses são colocados por Idálio Sardenberg – figura influente na formação da Escola Superior de Guerra - mais como afirmações sobre a conjuntura e dificuldades do país do que como uma razão de ser, de acordo com a afirmação do palestrante. Para a instituição, é precípua que a Segurança Nacional esteja relacionada com a potencialidade de desenvolvimento como um todo da nação e do aproveitamento das características sociais-demográficas e naturais do país, não apenas sob a responsabilidade do setor militar. Para alcançar esse objetivo, é fundamental para a ESG superar os obstáculos que atrasam o processo de desenvolvimento e a utilização do trabalho em conjunto para obtenção de um método proporcional (em substituição ao método dos pareceres) para soluções nacionais aos problemas vividos pelo país. Sendo assim, foi necessário o estabelecimento de um Instituto Nacional de Altos Estudos como centro de pesquisa para criação, adoção e difusão desse novo método (SARDENBERG, 2017).

A Escola começou suas atividades com o Curso Superior de Guerra e o de Altos Estudos de Política e Estratégia, mas ampliou os temas conforme passou os anos, abarcando: Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), Curso de Informações, Curso de Mobilização Nacional, entre outros. Ao longo do tempo, segundo Mansan (2017), houve um aumento contínuo e gradual na quantidade de participantes dos cursos desde o começo do funcionamento da Escola e grande parte era composta por civis – entre acadêmicos, diplomatas, juízes, homens de negócio e parlamentares (salvo o caso do CEMCFA).

Em relação aos diplomas, os dados disponíveis apontam que entre 1950 e 1988, 118 membros do Itamaraty frequentaram a Escola Superior de Guerra para o Curso Superior de Guerra e no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Os estagiários eram “recrutados” entre a camada intermediária da hierarquia diplomática, entretanto, eram indivíduos que demonstravam estar em ascensão na carreira, a exemplo dos futuros Secretários-Gerais e Ministros Mário Gibson Barboza, Manoel Pio Corrêa Júnior, Sérgio Corrêa da Costa, Vasco Leitão da Cunha e Fernando Ramos de Alencar, os quais foram diplomados pela instituição (MANSAN, 2017; LIMA; FARIAS, 2018).



Desde a formação da ESG, o objetivo de produzir e consolidar conhecimento para o planejamento e resolução de questões relativas à Segurança Nacional foi colocado como um dos pilares essenciais da Instituição. Como etapa fundamental para esse propósito, tem-se a análise dos assuntos internacionais referentes tanto à contextualização da posição do Brasil frente ao mundo, como também da articulação entre a política externa com a defesa nacional. Para angariar esse tipo de conhecimento, além de conferências com militares de alto escalão, civis nacionais e estrangeiros, a ESG trouxe à sua instituição Diplomatas, em especial os Ministros de Relações Exteriores para darem palestras (FARIAS, 2017).

Assim, diplomatas, embaixadores e Ministros de Relações Exteriores eram convidados pela ESG para proferirem palestras com o intuito de colaborar nos estudos e pesquisas desenvolvidas na instituição. Essa atuação não era exclusiva da Escola Superior de Guerra, e é datada desde os anos 1940, por meio de conferências de representantes da Política Externa Brasileira na Escola do Estado Maior do Exército, na Escola de Guerra Naval e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (LIMA; FARIAS, 2018). Nesse ínterim, o presente artigo almeja explorar as interconexões entre a ESG e o Itamaraty, que incorporam os repertórios conceptuais e práticos do pensamento estratégico diplomático brasileiro e, muitas vezes, da própria PEB. Mais detalhes sobre isto serão fornecidos na próxima seção, a qual descreve a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

Para chegar aos resultados desse artigo, foi necessário seguir um conjunto de passos que será discutido nesta seção. Trataremos, então, sobre as principais características do banco de dados (Corpus) utilizado e as técnicas de pesquisa empregadas durante a análise dos dados.

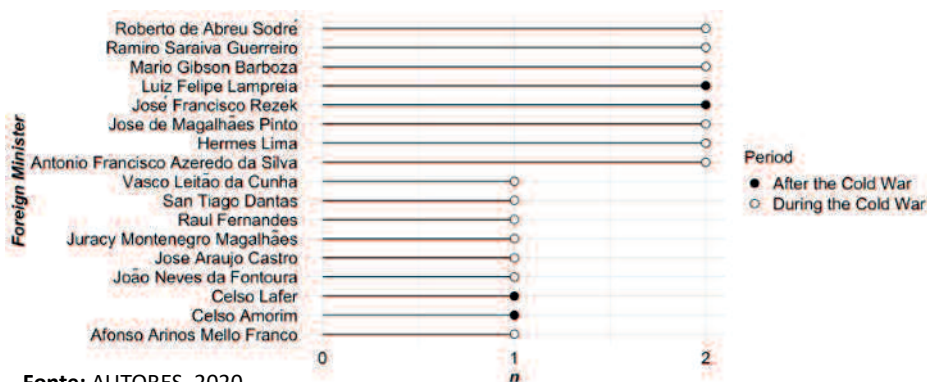
O banco de dados utilizado foi derivado da publicação por parte da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) denominada “A Palavra dos Chanceleres na Escola Superior de Guerra” organizado por Sérgio Eduardo Moreira Lima e Rogério de Souza Farias (2018). Esse livro contém 25 discursos entre os anos de 1952 e 2012<sup>4</sup> coletados nos acervos da Biblioteca da Escola Superior de Guerra e no Itamaraty

---

4 Nesse intervalo temporal, estão ausente os seguintes anos: 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1959, 1960, 1961, 1964, 1969, 1971, 1972, 1973, 1975, 1976, 1977, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985, 1986, 1989, 1994, 1995, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006,

por meio de gravações ou notas taquigráficas. O gráfico 1 demonstra quais foram os emissores incluídos nesta publicação, o seu número de discursos e período de emissão (se durante ou depois da Guerra Fria<sup>5</sup>).

**Gráfico 1 - Número de Discursos por Emissor**



Fonte: AUTORES, 2020.

O gráfico 1 mostra que Roberto Sodré e Saraiva Guerreiro foram os Ministros de Relações Exteriores que mais visitaram a ESG de 1952 a 1989, ao passo que Felipe Lampreia e José Rezek foram os mais presentes entre 1989 e 2012. Ele também deixa claro a assimetria existente entre a quantidade de discursos coletada para o período durante e depois da Guerra Fria. Enquanto 13 Ministros de Relações Exteriores foram discursar na ESG entre 1952 e 1989, apenas 4 participaram após 1989. Infelizmente, esse número não nos permite inferir muito sobre as possíveis diferenças de interesses dos Ministros de Relações Exteriores na ESG durante e depois da Guerra Fria. Na verdade, ao construir o banco de dados, os autores afirmam, categoricamente, que foram realizadas mais de cem palestras de Ministros de Relações Exteriores na ESG, incluso interinos. Entretanto, eles decidiram utilizar alguns critérios de seleção para coleta de dados que acabam por influenciar os resultados de nossa pesquisa.

5 Sobre o marco temporal para divisão entre a análise no decorrer e após da Guerra Fria, reconhecemos que o processo através do qual levou ao fim do conflito é decorrente de anos e eventos anteriores, porém, utilizamos o ano de 1989 para a bifurcação dos períodos analisados. Esse recorte temporal relaciona-se com os eventos emblemáticos da queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética (Sato 2000).

Por exemplo, por ocupar o cargo por alguns dias, os discursos de Ministros de Relações Exteriores interinos foram excluídos do Corpus. Além disso, foram priorizados os pronunciamentos em que o palestrante indicou que faria um debate mais profundo sobre sua gestão. Também foram priorizados a inclusão de discursos que apresentavam conteúdo para além da síntese da gestão e que, portanto, contenham tópicos e debates que ajudem a entender e interpretar a história das relações internacionais do Brasil. Por fim, os autores do livro privilegiaram discursos do emissor quando ocupava a posição de Ministro e não em períodos antes ou após disso, exceto no caso de Celso Amorim - que já ocupava a pasta da Defesa quando realizou o seu discurso (LIMA; FARIAS, 2018).

Apesar dessas escolhas terem sido feitas com base em critérios de amostragem que não foram controlados pelos autores deste artigo e sim do livro, é fundamental destacarmos isso para o leitor para que, assim, ele possa melhor entender os achados e os limites dessa pesquisa. Eles são, em sua grande parte, fruto do banco de dados per se.

Há outras decisões feitas pelos autores do banco de dados que, por sua vez, favorecem a pesquisa aqui presente. Por exemplo, eles relatam que “[d]ecidiu-se diminuir ao máximo as intervenções nos textos originais. Excluíram-se alguns vocativos e foi atualizada a ortografia de algumas palavras, buscando manter a informalidade e até os neologismos” (LIMA; FARIAS, 2018, p.29). A precaução com as intervenções nos discursos auxilia no processo de análise, já que a atualização da ortografia permite a padronização dos resultados da mineração do texto (não há a necessidade de pesquisar os mesmos termos com grafias diferentes).

Outra vantagem da edição do livro se refere à escolha por parte dos editores dos discursos inclusos. Já que foram priorizados, ao menos, uma palestra “mais expressiva” de cada gestão ministerial, tem-se uma visão linear da evolução dos discursos proferidos na ESG. O que, por sua vez, aumenta nosso grau de confiança de que os dados aqui analisados são representativos e simbólicos da construção da Política Externa Brasil da época. Além disso, os discursos mais expressivos, ou seja, os quais vão além da síntese da gestão, fornecem informações para análise do contexto em questão, como também da evolução das perspectivas de cada Ministro sobre a Política Externa do país.

Por outro lado, algumas escolhas de Lima e Farias (2018) trazem também desvantagens. Ao excluírem textos de alguns Ministros de Relações Exteriores,

perdem-se informações relevantes para análise. Isso permite com que seja possível, até mesmo, questionar o critério de seleção usado para afirmar que um discurso é mais expressivo e relevante do que os que foram excluídos.

Em relação às técnicas utilizadas, optou-se pela Mineração Textual e Análise de Conteúdo para examinar os dados. A primeira foi essencial para realizarmos a exploração dos discursos e a descrição completa dos arquivos trabalhados. Trata-se, em última instância, da aplicação de ferramentas inferenciais quantitativas para a chegada de insights textuais (SILGE; ROBINSON, 2017; KWARTLER, 2017). Essa técnica será fundamental para geração dos resultados que se referem aos termos mais mencionados pelos emissores, bem como as suas especificidades e diferenças quantitativas.

Apesar de não termos um grande banco de dados, decidimos usar Mineração Textual devido a assimetria numérica entre períodos relacionados à depois e durante a Guerra Fria. Olhar apenas para a frequência de discursos de cada fase poderia passar a impressão de distorção ou mesmo viés de seleção da pesquisa. Entretanto, Mineração Textual oferece diferentes e criativos indicadores para superar esse problema (SILGE; ROBINSON, 2017; KWARTLER, 2017).

Por exemplo, a maior parte dos resultados é apresentada em uma escala TFIDF. Isso significa que quando destacamos alguma palavra ou conceito como importante, não estamos considerando apenas sua frequência absoluta (TF – term frequency), mas também estamos controlando pela frequência inversa do documento (IDF – inverse document frequency). Isso resulta em uma escala onde as palavras mais comuns no banco de dados inteiro são punidas e os termos mais peculiares em documentos individuais são recompensados, mas sem distorcer as tendências gerais do Corpus. Isso nos ajuda a evitar a armadilha de chegar a conclusões baseadas apenas nas palavras mais repetidas, quando elas são frequentes apenas, pois existem em muitos documentos do mesmo período (KWARTLER, 2017).

Outra forma de superar essa questão da assimetria é via a estatística Keyness. Basicamente, esse indicador começa com a expectativa de que todas as palavras nos documentos seriam usadas pelos emissores na mesma frequência. Então, o Corpus é segmentado em dois diferentes grupos (no nosso caso, durante e depois da Guerra Fria). Independente de quão proporcional sejam os grupos, por meio do

chi-quadrado, testamos a frequência esperada dos termos com a média observada. Os termos com um p-valor igual ou menor a 0.05 são, portanto, palavras-chaves; ou seja, palavras que tendem a estar muito mais presentes em X do que Y, por exemplo (KWARTLER, 2017).

Para gerar bons indicadores, a Mineração Textual, via de regra, exige que sejam feitas alterações importantes nos textos. Primeiro, realizamos uma varredura textual com o intuito de retirar palavras que não agregam informação alguma, como preposições, conjunções, alguns advérbios, etc (stopwords). Retiramos também pontuação, números e símbolos. A ordem das palavras também é sacrificada em prol do formato matricial que contabiliza cada entidade de termo/expressão (n-gram) individualmente (pressuposto Bag of Words). Embora a interferência do pesquisador seja muito expressiva, esses passos são regimentados pela literatura especializada e vistos como o “padrão de ouro” desse tipo de técnica (SILGE; ROBINSON, 2017; KWARTLER, 2017).

Ainda assim, o grau de replicabilidade do trabalho precisa ser muito alto e transparente. Asseguramos que todos os textos, comandos computacionais e demais arquivos estarão disponíveis em plataformas de acesso público e livre. Algo que foi facilitado por usarmos softwares open source como a linguagem R e seus pacotes (em especial, Tidyverse e Quanteda), pelos quais somos extremamente gratos.

Por fim, utilizamos a Análise de Conteúdo, mais especificamente, para gerar os mapas que mensuram a quantidade de vezes que os países foram pronunciados no decorrer e após a Guerra Fria. O dicionário principal dessa análise partiu de repositórios públicos<sup>6</sup>. No entanto, vale ressaltar que modificamos significativamente o arquivo original com o objetivo de aperfeiçoá-lo para os fins deste artigo<sup>7</sup>.

---

6 Mais especificamente, o dicionário foi desenvolvido e distribuído por Julio Filho em: <https://github.com/juliolvfilho/lista-paises>.

7 Em geral, as alterações feitas ao dicionário tiveram como objetivo refletir todos os nomes possíveis dos Estados. Por exemplo, o dicionário original não possuía menções à União Soviética, então, adicionamos. Em resumo, mantivemos o conteúdo do dicionário base e ampliamos, para boa parte dos países, as expressões que podem ser usadas para identificar os respectivos Estados. Provavelmente, a nossa versão ainda não está perfeita, mas, seguramente, é uma versão um pouco mais robusta e confiável para medir esses valores.



É possível dividir a rede em duas partes: um núcleo e uma periferia. Embora essa estrutura não nos diga muito sobre as palavras mais importantes (já que todas o são), ela nos informa sobre o grau de interconexão entre os termos. No núcleo, vemos que léxicos como “Brasil”, “interesse” (relacionado com interesses dos mais diversos grupos; sejam domésticos ou externos; políticos, sociais, internacionais, etc.); “internacional”, “desenvolvimento” (associado com o desenvolvimento econômico, nacional, político, democrático, cultural, social, etc.); “polos” (referente a polos de poder econômico ou geopolítico); “país”, “econômico”, “cooperação” (em um contexto retórico de cooperação econômica, nacional, regional, internacional, militar, recíproca, tecnológica, financeira, etc); “crise” (em referência a crise política, financeira, de Suez, no Oriente Médio, dos mísseis em Cuba, da Tchecoslováquia, energética, racial, do petróleo, do multilateralismo, regional, centro-americana); “área” (em um contexto de área econômico-comercial, soviética/socialista, política, energética); “externo”, “comercial” são muito presentes. Isso indica uma ênfase em dimensões como economia, comércio e temas políticos e governamentais.

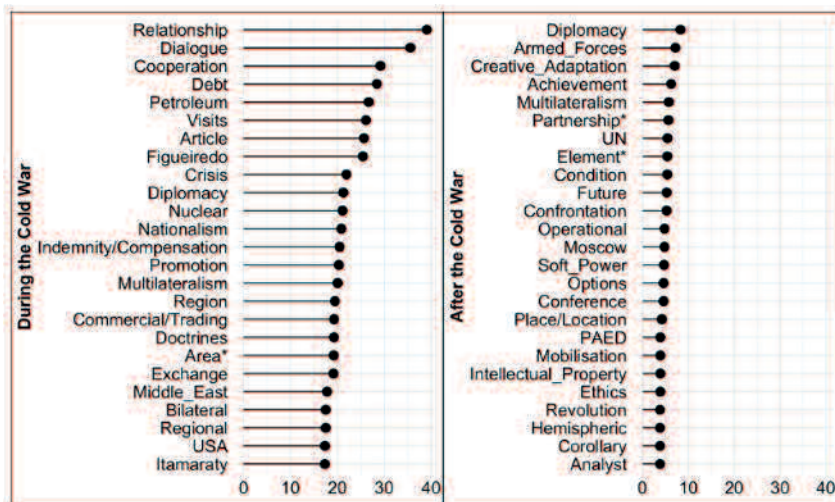
Na periferia da rede, vemos termos bastante informativos. Há menções aos EUA, à Europa, ao Oriente Médio e à África. Além disso, constatamos citações às Nações Unidas e à Política Externa Brasileira. Faz-se presente também termos próximos a um cenário de cooperação e parceria internacional, bem como ao multilateralismo, ao diálogo e à promoção (econômico-comercial). Nesse sentido, vemos que há um sustento de uma retórica que opta por visibilizar, repetidamente, léxicos relacionados com a estrutura internacional, com o papel do Brasil e de sua política exterior e com a necessidade de níveis adequados de desenvolvimento e promoção comercial.

De acordo com a literatura, a PEB tende a ser firmemente estabelecida em conceitos de universalismo, autonomia e desenvolvimento (VIGEVANI et al, 2008). Como a figura 1 indica, esses conceitos exercem alguma influência nos discursos feitos pelos Chanceleres na ESG. Para ter certeza de que esse é realmente o que ocorre, basta olhar para a centralidade de palavras como desenvolvimento, participação ou como os termos repetidos se associam com questões econômicas.

No entanto, o objetivo principal desse artigo é comparar os discursos feitos durante e depois da Guerra Fria a partir de um conjunto significativo de indicadores quantitativos. Desse modo, primeiro, segue o gráfico 2 com os léxicos específicos mais mencionados de cada período.



**Gráfico 2 - Termos Específicos Frequentes nos Discursos durante e após da Guerra Fria**



Fonte: AUTORES, 2020.

Durante a Guerra Fria, destacam-se termos como “relacionamento” (internacional, interestatal, em especial com os EUA, equitativo, com a Argentina, Norte-Sul, com o Canadá, político, bilateral e econômico); “diálogo” (com a União Soviética, com Argentina e Paraguai, Norte-Sul, com a África, entre superpotências, franco, político, bilateral, cordial, com o mundo ocidental, entre a ESG e o Itamaraty); “dívida” (pública e externa); “cooperação”, “petróleo”, “crise”, “diplomacia”, “nuclear”, “doutrinas” (sempre associada com doutrinas políticas), “EUA”, “Itamaraty”, “indenização” (apenas nos discursos de Raul Fernandes em 1952 sobre indenizações pecuniárias com outros países); “nacionalismo” (nos discursos de Afonso Arinos de Mello Franco em 1958 e João Neves da Fontoura em 1952 sobre não confundir nacionalismo nacional democrático patriótico com o nacionalismo comunista); “multilateralismo”, “desarmamento”, “Cartagena” (associado com o acordo que originou o então Pacto Andino), entre outras.

Como podemos ver, a presença dessas palavras está associada com o contexto histórico no que tange à política nacional e internacional. Nacionalmente, o recorte temporal em questão coincide com o período de regime militar brasileiro, no qual



temas como nacionalismo, doutrinas de segurança nacional, crise econômica e atraso no desenvolvimento assumem relevância nos debates da formulação das políticas domésticas (ARRUDA, 1983). Por seu lado, no nível internacional, a disputa entre EUA e URSS e os diálogos sobre armas nucleares, a exemplo do acordo nuclear brasileiro com a Alemanha são fatores relevantes para a formulação da Política Externa na época (MIYAMATO, 2013).

Em contraste, os resultados dos discursos pronunciados no pós Guerra Fria nos mostra uma repetição mais singular de termos como “diplomacia”, “forças armadas”, “adaptação criativa” (apenas em Celso Lafer sobre a necessidade do Brasil se adaptar de forma criativa no contexto pós-Guerra Fria), “conquista” (especialmente em José Francisco Rezek ao falar da democracia como uma conquista), “ONU”, “poder brando”, “conferência” (particularmente a UNCTAD e a Rio92), “Moscou”, “propriedade intelectual”, “PAED”(Plano de Articulação e de Equipamento da Defesa), “revolução” (referente a revolução liberal, industrial, democrática, tecnológica e econômica) “corolário”, “ética” (associado com a necessidade de construção de uma nova moldura ética para reger as relações entre Estados), etc. Assim como no momento durante a Guerra Fria, no pós conflito, o vocabulário recorrente está relacionado com o período em questão, no qual a diplomacia busca novos horizontes e agendas.

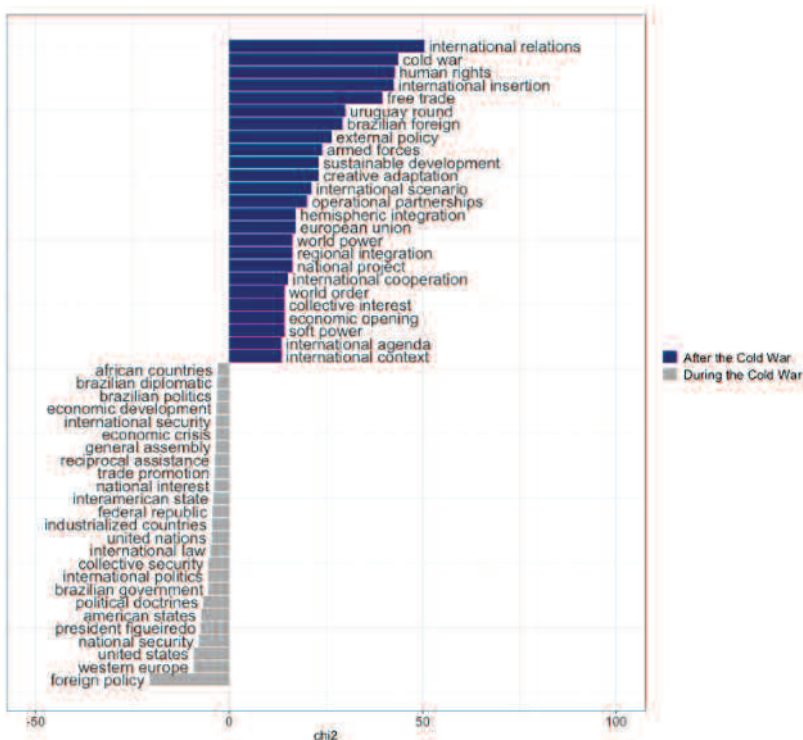
Ademais, com o fim do Regime militar e afastamento da instituição castrense da administração governamental, a questão do papel e organização das forças armadas, principalmente com a criação do Ministério da Defesa (em 1999), levanta o debate sobre a necessidade de implementação de uma política de defesa, como também, do Plano de Articulação e de Equipamento da Defesa (PAED) (LIMA; FARIAS, 2018).

Chama atenção também palavras que aparecem em ambos os gráficos, mas com uma troca de posição. Isso acontece, por exemplo, com os termos “multilateralismo” e “diplomacia”. Embora presente em ambos os lados da figura, vemos claramente que esse primeiro termo possuía um destaque bem mais significativo no decorrer da Guerra Fria do que após o fim do conflito. Além disso, antes de 1989, percebemos que a conotação dada ao multilateralismo tendia a uma visão pessimista de crise, abandono e enfraquecimento dos arranjos multilaterais. Ao passo que, após a Guerra Fria, o multilateralismo aparece em um contexto retórico ou mais positivo/otimista ou mais neutro. Com menções a importância do

multilateralismo e a necessidade de fortalece-lo. Essa alteração retórica não parece tão visível para o caso das menções ao léxico “diplomacia”.

Embora informativa, um dos grandes limites desse tipo de abordagem é que ela é demasiadamente dependente de um termo apenas (unigram). Portanto, vale a pena expandir a análise para expressões que contenham mais de uma palavra. Nesse aspecto, o próximo gráfico demonstra quais são os bigramas (dois termos) mais peculiares de cada período. Para isso, utiliza medidas de chi-quadrado ( $\rho$ -valor de 0,05) e estatística keyness.

**Gráfico 3 - Bigramas Mais Frequentes nos Discursos Durante e Após a Guerra Fria**



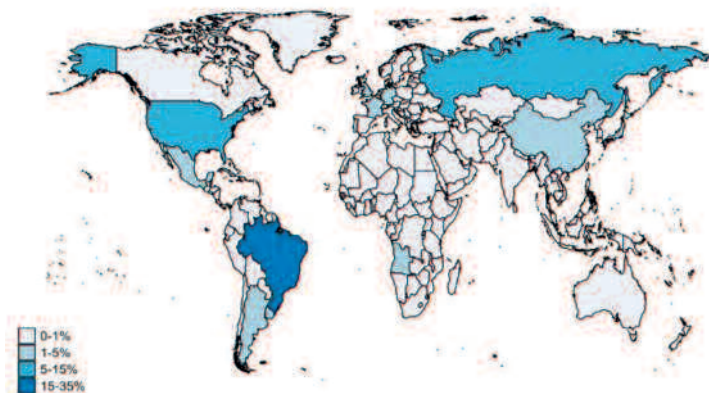
Fonte: AUTORES, 2020.

Para os discursos feitos durante a Guerra Fria, é muito mais provável encontrarmos expressões referentes à política exterior, à Europa Ocidental, à Segurança Nacional, às doutrinas políticas, à países industrializados, ao sistema interamericano, à assistência recíproca, etc. Por outro lado, há uma maior probabilidade de que sejam encontradas as seguintes expressões em pronunciamentos após a Guerra Fria: “guerra fria”, “direitos humanos”, “inserção internacional”, “livre comércio”, “rodada Uruguai”, “forças armadas”, “desenvolvimento sustentável”, “adaptação criativa”, “parcerias operacionais”, “integração hemisférica (e regional)”, “união europeia”, “projeto nacional”, “cooperação internacional”, “poder brando”, etc.

Portanto, é possível levantar uma hipótese, a partir desses resultados numéricos, que podemos melhor avaliar por meio da análise qualitativa posterior. A saber, com os achados exploratórios mantemos a impressão de que os pronunciamentos feitos por Ministros de Relações Exteriores à ESG no decorrer da Guerra Fria abarcavam uma constelação de enunciados muito mais limitada ao universo geopolítico e mais dependente de figuras binárias (países desenvolvidos e não desenvolvidos) do que os discursos pós Guerra Fria que contam com conceitos amplos e provenientes da economia, meio ambiente, regionalização, entre outros.

Antes, porém, de comentar sobre essas nuances e particularidades discursivas, outra forma que foi pensada para verificar diferenças de ênfases entre esses dois períodos foi por meio de mapeamento cartográfico sobre quantas vezes os países foram mencionados no decorrer e após a Guerra Fria. A esse respeito, segue, primeiro, os resultados para o intervalo entre 1952 e 1989.

**Figura 2 – Mapa de Menções aos Países durante a Guerra Fria (1952 a 1989)**

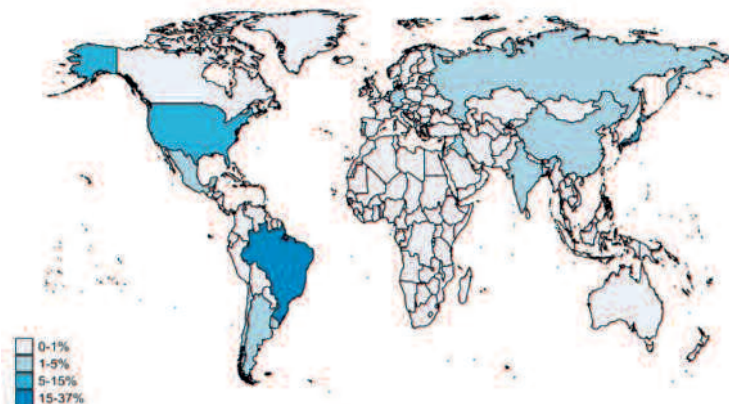


**Fonte:** AUTORES, 2020.

No decorrer da Guerra Fria, no ranking de menções dos Ministros de Relações Exteriores para a ESG, os três Estados mais mencionados foram: a) o Brasil (ocupando 34,32% de todas as menções feitas a países nos pronunciamentos); b) os EUA (com 13,1% das referências); e c) a então União Soviética (com 6,58% das citações). Isso parece previsível e justificável quando pensamos na centralidade da disputa bipolar para a própria formação da Política Externa Brasileira.

Em seguida, vemos uma importância considerável atribuída à China (3,43%), à França (2,56%), à Alemanha (2,33%) e ao Japão (1,92%). É curioso notar que se falou mais nesses países do que na Argentina (1,86%), no Uruguai (1,51%), no México (1,34%) e em Cuba (1,28%); sendo que eles são Estados muito importantes para a política externa e defesa do Brasil. Por fim, a maior parte dos países localizados no continente africano, asiático e europeu receberam poucas ou nenhuma menção. Para entender melhor esse resultado, é fundamental vê-lo sob uma perspectiva comparada. Seguem os achados para o período pós 1989.

**Figura 3 - Mapa de Menções aos Países no Pós Guerra Fria (1989-2012)**



Fonte: AUTORES, 2020.

De antemão é possível perceber notáveis diferenças. Primeiro, os países mais mencionados foram Brasil (36,26%) e EUA (10,56%). A Rússia (3,34%) perdeu espaço para o Japão (6,69%) e para a Argentina (4,04%). A propósito, note que a Argentina teve sua importância ampliada no ranking de prioridades dos discursos

dos Ministros de Relações Exteriores na ESG. Além disso, a China (2,99%) perdeu prioridade anterior e o Uruguai aumentou seu nível de menções (3,34%).

Na verdade, esse mapa é menos diversificado do que o predecessor, uma vez que, salvo os dois países mais mencionados, os demais não passam de 7% das menções e, via de regra, variam, majoritariamente, entre 0 e 3% de menções. Isso, por exemplo, pode ser notado, visualmente, na própria paleta de cores que possui um número maior de países com a mesma tonalidade, quando comparada com o gráfico anterior. Esse achado nos permite levantar a hipótese de que, com exceção dos EUA, o discurso brasileiro no pós Guerra Fria tem se esforçado para incluir mais países em seu horizonte simbólico; sem priorizar uns em detrimento de outros. O que poderíamos, talvez, chamar de universalismo retórico-discursivo. Isto é, uma frequência de menções semelhantes a um vasto número de países diferentes. Aparentemente, com o final da Guerra Fria, os países passaram a ocupar posições mais próximas uns dos outros; ao menos no que diz respeito à retórica construída por Chanceleres para a ESG. Isso, por sua vez, precisa ser melhor questionado em outros desenhos de pesquisas futuros.

Para finalizar, convém fazer algumas observações de natureza qualitativa e interpretativa sobre os discursos à luz dos resultados que aqui trouxemos. Primeiramente, é notória a associação entre o vocabulário utilizado e o contexto no qual os discursos estão inseridos. De acordo com o período, os Ministros abordaram conceitos-chave para entender como se situa a política internacional no momento. A exemplo das ênfases em palavras como cooperação, petróleo, crise e diplomacia, ressaltadas no discurso de Azeredo da Silveira de 1974 (LIMA; FARIAS, 2018). Esse ministro destinava-se a abordar a política externa através do “pragmatismo responsável”, para assim estreitar as relações do Brasil com países do Oriente Médio exportadores de petróleo junto ao contexto da crise do petróleo.

No período do pós Guerra Fria termos como “poder brando” e “forças armadas” assumiram maior protagonismo, a exemplo do discurso de Celso Amorim (2012). Cabe, entretanto, enfatizar que, nesse contexto, o ex-Ministro de Relações Exteriores já havia assumido o cargo de Ministro da Defesa. Por isso, a ênfase em assuntos como cooperação em defesa por meio de projetos como UNASUL e a construção de um amplo entorno estratégico brasileiro também pode estar relacionada com o cargo ao invés de com o discurso diferenciado da diplomacia para a área da defesa.

Portanto, os achados desse artigo parecem sugerir uma natural ampliação da estrutura discursiva da diplomacia brasileira para a ESG. Nesse sentido, novos temas, pautas e conceitos foram incluídos em uma agenda que, antes, era demarcada por uma visão mais tradicional da Segurança e Defesa nacionais. Além disso, mais países ganharam prioridade no ranking de atenção discursiva e a ordem bipolar que, outrora, parecia premiar o espaço dos EUA e da então União Soviética passou a ser dissolvida em prol da inclusão de outros países como Argentina, Japão e Uruguai.

Portanto, à luz dos resultados apresentados aqui, concluímos que os Chanceleres tentaram atualizar seus discursos a ESG depois da Guerra Fria. Isso foi feito por meio da inclusão de novos conceitos, temas e prioridades discursivas. Por exemplo, o Gráfico 2 indicou que expressões como propriedade intelectual e adaptação criativa são mais especificamente achadas em emissões feitas depois do período bipolar.

De forma semelhante, o Gráfico 3 mostrou que a probabilidade de menções aos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cooperação internacional e parceria operacional é significativamente maior nas declarações de depois da Guerra Fria do que nas feitas durante o primeiro período. Por fim, comparando os mapas traçados na Figura 1 e na Figura 2, vemos que após a Guerra Fria os Chanceleres decidiram se concentrar cada vez mais em equalizar as referências aos diferentes países, não apenas destacando as grandes potências da ordem mundial bipolar. Esses resultados estão de acordo com a literatura que defende que a política externa brasileira após a Guerra Fria e o período da redemocratização tem dado ainda mais atenção aos conceitos de autonomia, desenvolvimento e universalismo (VIGEVANI, et al., 2008). Isso, por sua vez, parece ter afetado a estrutura retórica da diplomacia brasileira, que se tornou mais inclusiva, universal e maximalista.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por muito tempo, a interação existente entre os Ministros de Relações Exteriores brasileiros e a Escola Superior de Guerra foi negligenciada tanto nos estudos focados em explicar e em entender a PEB, quanto na literatura especializada sobre assuntos de Segurança e Defesa do Brasil. Entretanto, com a recente publicação (em 2018) de um livro que recupera, em partes, a memória discursiva

dos pronunciamentos de Ministros de Relações Exteriores para a ESG, tivemos a oportunidade de desenhar a pesquisa que sustenta esse artigo.

Nesse sentido, nossa principal conclusão foi que os Chanceleres brasileiros conseguiram adequar seu discurso à nova estrutura que se formou após a Guerra Fria. Isso exigia que eles povoassem seus discursos com novos conceitos, temas e países, o que, por sua vez, tornava seus enunciados menos geopolíticos e mais autônomos, universais e inclusivos. Como mencionado anteriormente, esse achado já foi detectado por alguns autores que argumentam que a política externa brasileira após a Guerra Fria e o período da redemocratização deu ainda mais atenção aos conceitos de autonomia, desenvolvimento e universalismo (VIGEVANI, et al., 2008).

Não obstante, esse artigo possui um conjunto de limites que derivam tanto do banco de dados utilizado, quanto da lógica inferencial por trás das técnicas. No primeiro caso, agendas futuras de pesquisa precisam se esforçar para ampliar o Corpus de análise. Seria essencial aumentar o número de observações para cada ano; principalmente para atualizar o intervalo temporal para além de 2012. Ademais, seria importante tentar recuperar todas as conferências dos Chanceleres para a ESG e preencher os dados que faltam entre 1952 e 2012.

Outra agenda de pesquisa promissora seria tentar fazer o caminho inverso do feito nesse artigo e tentar entender também a interação dos gestores e decisores da ESG no Itamaraty. O grande desafio, contudo, é encontrar e ter acesso a dados no Brasil. Afinal de contas, a memória diplomática e a militar ainda tende a ser fechada e pouco acessível. Oportunidades raras, como a publicação do banco de dados utilizado aqui, precisam ser rapidamente aproveitadas e ampliadas.

No caso dos limites trazidos pela própria lógica inferencial, precisamos destacar os silenciamentos qualitativos. Por mais que tenhamos trazido interpretações críticas sobre os resultados quantitativos, não realizamos um estudo mais robusto com base em um framework qualitativo/discursivo que envolve a operacionalização de variáveis como ideologia, poder, elites, regimes políticos, etc. Futuros trabalhos, nesse sentido, serão basilares para complementar os pontos cegos deste artigo; já que ainda sabemos pouco sobre outliers, casos particulares e desviantes. Mesmo dentro da lógica quantitativa, ainda há muito o que fazer; como: aperfeiçoar a limpeza dos dados, checar e corrigir o dicionário dos países e comparar diversos indicadores e técnicas de análise (especialmente, derivadas de Machine Learning).

Foi dado, aqui, um pontapé inicial importante e que já nos trouxe um número significativo de achados que precisam ser debatidos e comparados por outros investigadores. Esperamos, portanto, que um banco de dados que trata sobre um tema tão relevante e tão pouco investigado no Brasil seja bem aproveitado pelos pesquisadores e que haja continuidade ao projeto iniciado nesse artigo de tentar articular e entender as dinâmicas discursivas entre instituições como o Itamaraty e a ESG.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra: Origens (1). *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 1, p.113-122, 1983.

BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry. *Ideas and politics in social science research*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BELÉM LOPES, Dawisson. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. *Global Affairs*, v. 6, n. 2, p. 167-184, 2020.

BRAZIL. *Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949*. Rio de Janeiro. 1949.

BURGES, Sean. Without Sticks or Carrots: Brazilian Leadership in South America During the Cardoso Era, 1992-2003. *Bulletin of Latin American Research*, v. 25, n. 1, p. 23-42, 2006.

BURGES, Sean. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. *International Relations*, v. 22, n. 1, p. 65-84, 2008.

CHATIN, Mathilde. Brazil: analysis of a rising soft power. *Journal of Political Power*, v. 9, n. 3, p. 369-393, 2016.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior De Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 7, p. 9-23, 2017.



FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. *Processo Decisório em Política Externa no Brasil*. PhD dissertation (PhD in Political Science). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FONSECA, Pedro. Poder e Discurso: Uma Análise de Conteúdo do Discurso de Posse dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil (2003-2016). *Revista Portuguesa de Ciência Política*, n. 9, p. 89-110, 2018.

FONTES, Pablo Victor; OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. Análise de Conteúdo de Discursos dos Ministros de Estado dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) a Partir da Diplomacia Pública. *Conjuntura Austral*, v. 6, n. 31, p. 77-97, 2015.

KWARTLER, T. *Text mining in practice with R*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; FARIAS, Rogério de Souza. *A palavra dos chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)*. Brasília: Funag, 2018.

MANSAN, Jaime Valim. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988). *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 70, p. 826-850, 2017.

MARES, David R., TRINKUNAS, Harold A. *Aspirational power: Brazil on the long road to global influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Política Externa Brasileira: 1964-1985. *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, p. 03-19, 2013.

NOLTE, Detlef; COMINI, Nicolás Matías. Unasur: Regional Pluralism as a strategic outcome. *Contexto Internacional*, v. 38, n. 2, p. 545-565, 2016.

NYE JR, Joseph S. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 8, p. 9-15, 2017. Available at: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/96>. Accessed at: May 5, 2020.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SILGE, Julia; ROBINSON, David. *Text mining with R: A tidy approach*. California: O'Reilly Media, 2017.

VIGEVANI, Tullo; FAVARON, Gustavo de Mauro; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; CORREIA, Rodrigo Alves. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

Recebido em: 07 abr. 2021.

Aceito em: 19 out. 2021.